

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº. 037, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013.

“Altera o artigo 2º e seu §1º, da Lei Municipal nº 2.738 de 03 de outubro de 2007, que dispõe sobre a isenção do IPTU aos aposentados e pensionistas e dá outras providências.”

SÉRGIO MUNHOZ, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica alterado o art. 2º da Lei Municipal nº 2.738, de 03 de outubro de 2007, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º O executivo Municipal fica autorizado a conceder isenção aos aposentados e pensionistas, que possuírem a propriedade de um único imóvel, resida no mesmo e possua renda mensal de até 1 salário mínimo, e também ao idoso, sem qualquer rendimento, comprovadamente com o respectivo atestado de pobreza.

Art. 2º Fica alterado o §1º, do art. 2º da Lei Municipal nº 2.738, de 03 de outubro de 2007, que passa a ter a seguinte redação:

§1º O imóvel residencial não poderá exceder a 70 m2 de área construída, exceto moradias antigas em mau estado de conservação; devendo o beneficiário comprovar esta residência.

Art. 3º Os demais dispositivos constantes na Lei Municipal nº 2.738/07 permanecem inalterados.

Art. 4º Esta lei entra em vigor a na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 20 de fevereiro de 2013.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Fabiana da Silva Kraschefski
Secretária da Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos Nobres Edis, o Projeto de Lei Municipal nº 037, de 20 de fevereiro de 2013, que *“Altera o artigo 2º e seu §1º, da Lei Municipal nº 2.738 de 03 de outubro de 2007, que dispõe sobre a isenção do IPTU aos aposentados e pensionistas e dá outras providências”*.

A presente proposta visa reduzir a faixa salarial e a metragem do imóvel pertencente ao aposentado e pensionista e ao idoso sem qualquer rendimento, para que seja concedida a isenção do IPTU.

Justifica-se a presente alteração, reduzindo-se de três, para um salário mínimo, a renda abrangida pela isenção haja vista a grande perda de receita atualmente vivenciada pelo município, aliada ao baixo valor do IPTU vigente no município, não justificando a manutenção da isenção concedida nos parâmetros anteriores.

Também a redução da metragem para 70 m² toma como parâmetro a mesma adotada pela instrução normativa da RFB n.º. 971 de 13 de novembro de 2009, artigo 370, que isenta de qualquer contribuição social o imóvel residencial unifamiliar não superior a 70 m².

Ressaltasse ainda o grande número de pedidos de isenção com base na lei ora alterada em cuja vistoria de análise procedida pela Secretaria da Fazenda tem se verificado que os requerentes ostentam sinais de riqueza que corrompe o cunho social pretendido pelo espírito da Lei.

Sendo assim, contando com a costumeira atenção, aguardamos Vossa manifestação com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal